COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.072, DE 2015

Denomina **Campus Universitário Governador Luiz Henrique** o campus da Universidade Federal de Santa Catarina situado no Município de Joinville, no Estado de Santa Catarina.

Autor: Senador PAULO BAUER

Relator: Deputado LOBBE NETO

I – RELATÓRIO

Cabe a esta Comissão apreciar o mérito do Projeto de Lei (PL) nº 4.072, de 2015, de autoria do Senador Paulo Bauer, que objetiva denominar Campus Universitário Governador Luiz Henrique o campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) situado no Município de Joinville, no Estado de Santa Catarina.

Originário do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 353, de 2015, o projeto sob exame está vazado em dois artigos. Pelo art. 1º, o campus da UFCS em Joinville passa a denominar-se Governador Luiz Henrique. Pelo art. 2º, a inovação passa a vigor na data em que o projeto se tornar lei.

Além da presente manifestação da Comissão de Educação, o projeto será analisado nas Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e Cidadania.

Ao justificar a proposta, o autor destaca a intenção de prestar homenagem póstuma, que considera justa e oportuna, a um dos mais ilustres homens públicos catarinenses, notável também no desempenho das funções de advogado e professor.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A presente manifestação de mérito, a projeto de lei destinado a prestar homenagem cívica, dá-se em conformidade com o art. 32, inciso IX, alínea “f”, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

No que respeita à conformidade e harmonização com o ordenamento vigente, a proposição obedece às disposições da Lei nº 6.545, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos. De acordo com o art. 1º dessa norma, *é vedado, em todo o território nacional, atribuir a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta, nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade.*

De pronto, assim, já se verifica que esta proposição não incorre em qualquer caso de homenagem cívica coibida pela mencionada lei. Ao contrário, como bem assinalou o autor do projeto, Senador Paulo Bauer, trata-se justa homenagem póstuma. Apresentada com o objetivo de homenagear um dos mais ilustres cidadãos catarinenses e um dos políticos de maior vulto deste país nas últimas décadas, a proposição acaba por encerrar, na verdade, uma contribuição à memória do povo catarinense e brasileiro.

Nesses termos, pode-se dizer que a proposição tem também efeitos pedagógicos, ao despertar nos alunos da UFSC a história de realizações do homem público Luiz Henrique, notadamente sua contribuição para a instalação do campus universitário que o celebrará. Embora o campus seja federal, foi Luiz Henrique que viabilizou, na condição de Governador do Estado, os recursos para que o Município de Joinville adquirisse o espaço necessário à implantação da UFSC em sua sede.

Como se sabe, o governador Luiz Henrique da Silveira, ocupou cargos da maior envergadura nas esferas legislativa e executiva. Além de governar o seu estado natal, Luiz Henrique foi Senador da República, onde teve uma atuação de destaque em prol de seu Estado. No Executivo da União, exerceu o papel de Ministro da Ciência e Tecnologia, onde se notabilizou pelo compromisso com o desenvolvimento social como fim da atividade científica.

Dessa forma, trata-se de homenagem justa e oportuna.

Quanto ao mais, a corroborar a sua juridicidade, vale lembrar precedente de outras proposições de iniciativa parlamentar que deram origem a leis da espécie, *ex vi*, especialmente, a Lei nº 12.882, de 12 de novembro de 2013, por meio da qual se deu nome ao novo Prédio da Administração da Faculdade de Direito, no Campus da Universidade Federal do Amazonas em Manaus, em homenagem ao Professor Samuel Benchimol. Oriunda do Projeto de Lei nº 7.162, de 2002 (Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2009, no Senado Federal), de autoria da então Deputada Vanessa Grazziotin, essa lei tramitou regularmente pelo parlamento e foi sancionada, sem vetos, pela Presidente da República.

Em vista do exposto, votamos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 4.072, de 2015.

Sala da Comissão, em 16 de junho de 2016.

Deputado LOBBE NETO
Relator